

Choque prejudica os trabalhadores

VANNILDO MENDES
Da Editoria de Economia

O congelamento de preços e salários, que ganha corpo na área econômica, apesar dos desmentidos oficiais, seria um desastre para a classe trabalhadora, considerando o patamar em que se encontram o poder aquisitivo dos assalariados e o custo da cesta básica. A conclusão é do Dieese e de técnicos do Ministério do Trabalho que, apesar de diferirem nos números, coincidem num ponto: desde a grande recessão de 83, esse é o pior momento da economia brasileira.

No mês de junho, o trabalhador assalariado teve de comprometer 74,5 por cento da sua renda, o equivalente a Cz\$ 7.068,56, apenas para adquirir a cesta básica de alimentos indispensáveis ao seu sustento. Para tanto, ele dedicou 20 dias, três horas e 37 minutos do mês, ou 163 horas e 37 minutos da sua jornada de 240 horas mensais de trabalho. No Brasil, 35,9 por cento da População Economicamente Ativa (PEA), cerca de 21 milhões de trabalhadores, percebem o salário mínimo.

MISÉRIA CONGELADA

Segundo o economista Márcio Pochmann, diretor do Dieese em Brasília, congelar preços e salários nessas condições é o mesmo que condenar o trabalhador à miséria absoluta, pois estando a inflação fora do controle, há pelo menos a possibilidade de avanços pela ação sindical. A medida só teria sentido se houvesse uma recuperação real dos salários, que se encontram nos níveis mais baixos das últimas décadas.

Na avaliação do Ministério do Trabalho, a situação não é tão catastrófica, pois

o poder aquisitivo do assalariado cresceu 21 por cento desde que o Governo começou a dar aumentos diferenciados ao salário mínimo, a partir de agosto de 87.

Naquela oportunidade, o mínimo foi dividido em dois: o PNS (Piso Nacional de Salário,) menor remuneração que um trabalhador adulto pode receber, e o SMR (Salário Mínimo de Referência), que serve de base para os reajustes de categorias com salário indexado.

Segundo Márcio Pochmann, o cálculo do Ministério do Trabalho exclui a inflação de 26,06 por cento usurpada dos trabalhadores em junho pelo Plano Bresser. O Governo só considera o período em que começou a dar os reajustes diferenciados, a partir de agosto. Na avaliação global. O PNS ainda não recuperou, sequer, o poder de

compra de 1º de junho de 87.

O poder aquisitivo do salário mínimo nos cinco primeiros meses de 88 caiu 4,4 por cento, na avaliação do Dieese, quando comparado ao valor médio real do ano passado. De junho de 87 a janeiro de 88 houve, de fato, uma recomposição residual das perdas, sem, no entanto, reeditar o poder aquisitivo anterior à edição do Plano Bresser.

Com relação ao Salário Mínimo de Referência, a perda foi ainda maior, prejudicando todos os trabalhadores com reajuste vinculado à sua evolução. De junho de 87 a junho de 88 a defasagem foi de 35,5 por cento. A renda das camadas mais pobres da população é forte impulsionador do mercado interno, dai porque a economia tem registrado forte desaquecimento este ano.